

REFLEXÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA O LAZER ESPORTIVO

Reflections on the use of public spaces for sports leisure

Edmilson Santos dos SANTOS¹

RESUMO

Conhecer o esporte feito na cidade implica necessariamente numa análise do espaço geográfico onde esta prática se realiza. Neste sentido, este trabalho buscou conhecer como os espaços de lazer esportivo estão configurados na literatura. Para isto, foram analisadas três expressões espaciais do lazer na cidade: a praça, o parque e a escola pública. A distinção apresentada pela literatura, principalmente aquela referente à arquitetura e ao urbanismo, não é suficiente para a demarcação dos espaços públicos destinados ao lazer na perspectiva esportiva. As características morfológicas e funcionais dos espaços não auxiliam a demarcação desta modalidade de lazer.

Palavras-chave:

Urbanismo; lazer; espaços públicos; parque público; práticas esportivas.

ABSTRACT

Being acquainted with the sports practiced in a town implies necessarily an analysis of the geographical space where these activities take place. In this sense, this study tried to check how the sports leisure spaces are portrayed in the specific literature. For this purpose, three spatial expressions of leisure in the city were analysed: the square, the park and the public school. The distinction presented in the literature, mainly the one referring to architecture and urbanism, is not enough to delimit the public spaces meant for leisure in a sports perspective. Though it is an important space of relation and symbolic exchanges regarding culture and the shaping of citizenship, conceptional constructions have not contributed to the development of sports leisure in the city.

Key-words:

Urbanism; leisure; public spaces; public park; sport practice.

¹ Professor de Educação Física pesquisador da área de Políticas Públicas para o Lazer do observatório da cidade de Porto Alegre. Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS. profedsantos@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em discutir o lazer, dificilmente o olhar do profissional de educação física tem se voltado à análise dos espaços onde esta atividade acontece. O espaço não tem sido interpretado como uma variável importante na construção do lazer. A atenção dos estudos tem se voltado basicamente para análises que buscam identificar as expectativas dos sujeitos sociais no que se refere ao lazer e na formação dos agentes comunitários responsáveis pelo desdobramento dos processos de formação. Neste sentido, temas como lazer e educação, lazer e formação profissional e projetos culturais têm sido privilegiados. Conseqüentemente, o espaço, em especial o público para o lazer, não tem acumulado um volume significativo de análises capazes de mais bem orientar estudos que procurem interpretar a ação do sujeito a partir de sua condição espacial. O espaço é uma variável interveniente com capacidade de constituir uma determinada cultura corporal com traços bastante singulares.

Sendo o espaço uma variável que se materializa de forma múltipla, estamos propondo-nos a analisar aquela modalidade de lazer que é realizada nos espaços públicos com vistas à valorização da cultura esportiva. Esta predicação do espaço público é importante para delimitar o foco de análise, pois ele não é a expressão apenas de uma cultura de valorização do esporte. As praças e parques estão todos os dias sendo invadidos por pessoas que depositam no espaço público um leque de intencionalidades que vão desde o praticar alguma atividade esportiva até o simples e tão necessário descanso. Podemos incluir neste debate as escolas públicas, pois têm sido alvo de políticas públicas na área do lazer através da garantia de acesso a seus espaços pelas comunidades, principalmente aos finais de semana.

Entendemos espaços públicos de lazer esportivo como aqueles que possibilitam a execução de modalidades esportivas, de forma prioritária, cujo acesso se dê de maneira livre. Este espaço compõe uma nova dinâmica territorial (JESUS, 1999a). Apesar de a escola pública ter um acesso restrito para o uso de suas dependências, o estado, em suas três esferas, tem apontado a necessidade de criar políticas públicas que promovam, principalmente em escolas de periferia, acesso livre aos finais de semana. Mesmo em países como a Alemanha, estas políticas já foram implementadas com vista a ampliar os espaços disponíveis para a prática do esporte (LÜDTKE, 1984).

Dumazedier (1980) aponta que uma das principais preferências para execução de atividades ao ar livre tem sido as atividades esportivas. Apesar de, em alguns casos, esta demarcação ser bastante nítida, como uma

canha de futebol ou uma pista de *skate*, há outros em que o limite não se dá de forma tão precisa. Há espaços livres que permitem sua utilização para uma caminhada, ginástica, andar de bicicleta e jogar bola sem preocupações no que se refere aos limites geográficos da partida. Neste sentido, as necessidades de espaços precisam levar em consideração a possibilidade de diversificação de práticas esportivas e a inclusão de outras variáveis como a idade. Uma maior diversificação, além de produzir novas necessidades, poderá garantir satisfazer uma maior variedade de desejos esportivos. Num país em que os planejadores do espaço público, os arquitetos, basicamente promovem a construção de quadras esportivas acabam impedindo outras formas de experimentação.

É preciso que se avance no sentido de compreender que as crianças possuem necessidades esportivas que vão para além das áreas de *playground*. São poucos espaços que garantem a inclusão dos idosos a uma prática esportiva típica deste público, a bocha. Um outro ponto a ser destacado diz respeito ao material utilizado para se construir uma quadra esportiva. Com os recursos financeiros necessários para a construção de uma quadra de cimento é possível se construir mais de cinco quadras de futebol ou voleibol de areia e assim garantir com que um maior número de pessoas possam estar envolvidas, ao mesmo tempo, na fruição de seu tempo livre com a prática esportiva. Estes três exemplos servem para trazer à superfície do debate a necessidade de mais bem compreender o universo esportivo para que se possam conceber espaços mais qualificados. Para isto, é necessário romper uma visão unilateral na concepção destes espaços e traçar uma perspectiva interdisciplinar (BETTANINI, 1982; SANTOS, 1996a). Precisamos também, como bem retrata Santos (1996b), compreender que o espaço não um ente que pode estar dissociado dos seres humanos. O espaço assume uma forma, que é contextual e histórica, e desempenha uma função a partir dos interesses colocados em movimento.

Os parques, as praças e as escolas constituem os principais exemplos de espaços públicos para o lazer. Eles podem se diferenciar em função de suas características funcionais ou morfológicas e constituírem-se a partir de diferentes paradigmas de lazer. Portanto, compreender os aspectos culturais que acabam por balizar a produção do espaço público permite uma melhor intervenção dos gestores e agentes públicos na valorização do lazer esportivo.

É no espaço da cidade que o esporte se desenvolve como manifestação pública; seu desenvolvimento está estritamente relacionado ao processo de urbanização das cidades. Conseqüentemente, não é possível fazermos uma análise dos espaços de lazer esportivos à margem do contexto urbano onde eles estão inseridos. Neste caso,

faz-se importante salientar que, como produtos, da ação humana, os espaços são resultados de um determinado contexto cultural que lhe garante valor simbólico e não apenas uma realidade físico/sensível.

A materialidade do espaço não suprime toda uma carga de intencionalidade que antecede a sua construção e que tem no seu projeto arquitetônico sua principal fonte de inspiração e força. Como o espaço público para o lazer não tem uma finalidade em si, seu valor simbólico atravessa o momento em que ele se torna uma realidade física. Isto impõe a esta reflexão uma outra análise que coloca a relação sujeito-espaço como um fator importante na interpretação do fenômeno do lazer.

Hoje, as transformações que estão ocorrendo na sociedade não têm apontado para um cenário de valorização do espaço público para fins de lazer. Cada vez mais sitiados na esfera do privado e auxiliados por todo aparato tecnológico que os conecta com o mundo sem sair de casa, os cidadãos se tornam alheios ao que acontece lá fora. O ambiente fora de casa geralmente é interpretado como zona de violência e exclusão (BRANDÃO, 1995). Para Prigge (2002, p. 55),

Essa midiização estimula a tendência de privatizar os eventos culturais originalmente públicos e a sua percepção estética. Com isso, reforça ainda mais a erosão progressiva dos ambientes públicos urbanos. A superposição dos espaços virtuais e urbanos não apenas leva a musealização de setores inteiros da cultura moderna, mas também desvaloriza a função simbólica integradora de elementos urbanos tradicionais, por exemplo, da casa, da quadra, da rua, da praça e do bairro.

O debate explorado pelos dois professores acima citados aponta o abandono do espaço público como uma característica dos tempos modernos. Revigorá-lo significa estabelecermos novas relações de poder (no sentido foucaultiano) a fim de seduzir e envolver a população para prática de atividades esportivas nos espaços públicos de lazer.

Discutir os espaços urbanos direcionados à prática do lazer esportivo, diante da carência teórica e conceitual na educação física no que tange ao debate sobre o espaço, requer uma aproximação com áreas do conhecimento na qual temos poucas interfaces e afinidades. A geografia e o urbanismo, principalmente esse último, são parceiros privilegiados e inevitáveis para estudos que procuram conhecer como está configurada a realidade espacial do lazer esportivo na cidade. Alguns dos principais estudos da área de educação física que buscam tematizar o espaço, apesar de não terem o mesmo olhar sobre o fenômeno, assumem esta orientação (RECHIA, 2003; RODRIGUES, 2002).

Apesar desta pouca intimidade entre a educação física e o urbanismo, ela não tem impedido que o urbanismo desenvolvesse importantes estudos que nos auxiliam a pensar o lazer na cidade. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e sua editora têm aportado no mercado editorial importantes estudos. Dentre eles podemos destacar os livros *Parques Urbanos de São Paulo* de Kliass (1993), *Parques Urbanos no Brasil* de Macedo e Sakata (2002), *Praças Brasileiras* de Robba e Macedo (2002) e *O jardim e a praça de Saldanha* (1993). Esta contribuição também tem sido feita através de ensaios publicados, principalmente, na *Revista Paisagem e Ambiente: Ensaios*, da mesma faculdade.

Apesar de nossa grande intimidade com o uso desses espaços, poucas análises têm sido elaboradas no sentido de conhecer como esta realidade se configurou ao longo do tempo, nem qual a concepção de espaço de lazer esportivo que temos herdado daqueles que construíram e implementaram os projetos e como estas questões interferem na elaboração de políticas públicas direcionadas à participação esportiva. Um dos passos fundamentais para trilharmos este caminho é conhecermos de maneira mais profunda e detalhada o conhecimento já acumulado sobre a temática dos espaços públicos de lazer no urbanismo.

Conforme apresenta a literatura sobre o tema, o olhar do urbanismo para a questão do lazer tem como foco uma preocupação mais global com relação ao espaço. Podemos identificar preocupações que vão desde uma abordagem mais estética, numa perspectiva paisagística, até aquela que busca garantir planificações urbanas aos moldes da Carta de Atenas.

Ao focarmos nossa análise a partir da temática já expressa, iremos perceber que, naqueles trabalhos carregados de uma perspectiva paisagística, a organização do espaço apresenta-se funcional para a contemplação, como os parques numa linha eclética Macedo e Sakata (2002), mas agregam pouco valor esportivo. Foram as críticas ao processo de urbanização das cidades que permitiu romper com o modelo de espaço público como espaço de usufruto exclusivo da elite e para fins contemplativos e terapêuticos (NIEMEYER, 2000).

Nos trabalhos analisados, não encontramos uma preocupação pontual sobre a organização dos espaços para atividades de lazer esportivo. Eles sempre são tratados de forma periférica. Esta realidade talvez seja resultado da pouca intervenção da educação física enquanto área de estudo do lazer esportivo na análise efetiva deste contexto. O máximo que fazemos é repetir um discurso de queixa que desqualifica o papel dos arquitetos na elaboração da concepção dos espaços de lazer esportivo, principalmente no que se refere aos espaços escolares.

Neste caso, sobram-nos críticas, mas falta-nos consistência em nosso discurso e também um corpo de conhecimento capaz de garantir sustentabilidade às nossas intenções. Essa inconsistência é proporcional à distância (do ponto de vista da análise do espaço) a que hoje estamos das áreas que têm acumulado maior reflexão sobre o tema.

Por outro lado, não podemos deixar de pontuar que o esporte se tornou, ao longo dos últimos séculos, num dos principais fenômenos culturais da humanidade. Este alcance não pode ser negligenciado por aqueles que operam a construção dos espaços públicos de lazer esportivo na cidade. Do ponto de vista do engajamento voluntário, o esporte possibilita o encontro de multidões para a exercitação e contemplação de eventos esportivos. A sua participação na cultura das cidades não permite uma ação deslocada do tempo no que se refere à construção de espaços, principalmente quando direcionadas ao grande público.²

A resolução dos problemas que interferem na formação dos cidadãos (como é o caso do lazer esportivo), não pode prescindir de uma articulação maior entre áreas que comungam, eventualmente ou pontualmente, de um mesmo objeto. Como bem ressalta Lamas (2000, p. 24),

(...) a construção da cidade e a resolução da complexidade dos problemas do ambiente humano exigem actualmente numerosas qualidades, múltiplos conhecimentos e a ação de indivíduos que, pelo seu saber e criatividade, se tornam executantes de uma vontade colectiva, explicitando os espaços para essa vontade.

AS POSSIBILIDADES CONCEITUAIS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

Apesar de parecer bastante simples a tarefa de delimitar conceitualmente os espaços públicos de lazer esportivo, bem como apresentar as suas características principalmente no que se refere à forma, sua consecução necessita de muitos cuidados.

A praça é um espaço privilegiado para as atividades de lazer e recreação nas suas mais diferentes perspectivas. Desde muito pequenos, aprendemos que as praças são locais de entretenimento e de convivência

com nosso grupo social, principalmente aquele infantil e juvenil.

Sua caracterização não é uma coisa tranqüila na literatura, pois conforme salienta Galender (1982), os espaços públicos possuem uma multiplicidade de expressões e formas que dificultam tal tarefa. Sua posição é compartilhada por Bartalini (1996). No entendimento de Barcellos (1997), as praças estão integradas à malha urbana, não apresentando nenhum contraste e são consideradas espaços livres ajardinados. A existência de espaços livres não pressupõe pensarmos que eles deveriam ser organizados à prática esportiva.

A preocupação em apresentar uma organização conceitual precisa a partir de suas características espaciais, muitas vezes é interpretada como uma abordagem empobrecidamente *fisicalista*. Para essa visão, a realidade é facilmente interpretada numa perspectiva dual. De um lado há o espaço, entidade que surge de geração espontânea e, de outro, as relações de poder que permitem sua construção e uso. O espaço é uma realidade que não se resume no seu aspecto físico, pois é produto de uma relação simbólica que alonga uma determinada intencionalidade no plano material.

Não há significado para a praça, parque ou escola que anule ou desconsidere sua realidade física. Portanto, a realidade física aqui discutida é apenas a expressão simbólica de algo que lhe antecede e fortalece sua imagem simbólica. Não há espaço físico sem alma. É esta alma, produzida pelos humanos, que garante a descontinuidade dos espaços. São diferentes projetos que são colocados em movimento quando da construção de uma praça. Mesmo com características físicas muito semelhantes, nenhuma praça se parece com outra. Mesmo considerando alguns padrões estéticos, quando analisamos duas praças que possuem muitas similitudes à sua morfologia e relação com outros elementos da paisagem cunham-lhes traços de descontinuidade.

Apesar de o espaço e a forma possuírem uma existência em si, como objeto de reflexão, a construção do primeiro é produto de uma relação em que a necessidade de sua constituição, força simbólica, faz surgir à necessidade de sua materialização. Não há como falarmos do espaço, na sua dimensão física, como se fosse produto autônomo de uma natureza criativa que se inventa a si própria. Ao valorizarmos o espaço, queremos reforçar a idéia de que ele é produto de um contexto histó-

² Alguns estudos têm apontado que nos parques de recreação a maior procura dos usuários jovens, de 15 a 35 anos, que também correspondem aos maiores frequentadores, vão ao parque para realizar algum tipo de atividade esportiva de forma prioritária (TELES, 1991; BIONDI e MÓRMUL, 2004; e SANTOS, 2005).

rico e social e que seus contornos exprimem um determinado estágio da cultura.

Sendo produto de uma dimensão simbólica, como tal deve ser interpretado mesmo na sua perspectiva física. Como bem ressaltou Saldanha (1993), a praça “não é apenas extensão espacial: ela corresponde a um significado social” (p.15).

A constituição do espaço da praça é subsidiada de elementos simbólicos e históricos. Para Saldanha (1993), o público e o privado aparecem de maneira bastante interessante no processo de construção histórica da praça. O ponto de partida para a praça é o jardim que acompanha a extensão da casa e que lhe garante um papel funcional e estético.

No século XVII, a praça surge como uma continuidade da casa. Enquanto extensão deste espaço, ela deveria ser um local agradável, de contato com a natureza, de refúgio e meditação. Isto significa que este prolongamento, antes de ter uma expressividade espacial, foi produto de uma necessidade social. Sua funcionalidade esteve presa a determinadas experiências vividas pelas classes privilegiadas que a transformaram em um dos principais elementos de distinção social. Ter um jardim era possuir um valor na escala social.

Neste contexto, a praça aparece como uma extensão de uma relação vivida no plano privado. Não havia necessidade de se pensar num espaço de troca entre diferentes grupos, o que exigiria uma extensão maior, haja vista que seu uso era restrito.

Quando sua existência é colocada para fora dos portões, passa a abrigar funções festivas, cerimoniais e de contemplação da elite. Num primeiro momento, sua localização ficou restrita às áreas centrais, espaços mais privilegiados e valorizados. Esta elite, muito preocupada com a elevação do espírito e algumas vezes pressionada pela igreja, secundarizou o corpo na sua expressão lúdica. A praça tornou-se um espaço ajardinado, pequeno, construído em áreas central e para o convívio da elite. Neste modelo de praças a prática do esporte não está colocada como uma questão central.

À medida que houve a transformação dos padrões de sociabilidade, ela foi sendo evitada pela aristocracia. Rapidamente a praça passou a fazer parte do cotidiano daquele lugar e foi, aos poucos, constituindo-se como local público. Através desta transformação, diferentes intencionalidades passaram a ser absorvidas e experimentadas (SALDANHA, 1993). Daí talvez resulte duas interpretações bastante comuns da praça: um local pe-

queno e ligado às atividades de contemplação e passeio. Esta foi a primeira expressão do recrear que a praça assumiu.

Na sua concepção moderna, a praça incorpora, em muitos casos, aquela função que era dada ao jardim, um local pequeno, arborizado, paisagisticamente pensado para o recrear em sua versão mais contemplativa, mas também incorpora elementos de uma nova sociabilidade, a prática esportiva. Com isto, a praça assume uma perspectiva mais ampla que o jardim e se abre à cidade para outras intencionalidades culturais. Infelizmente a sua dimensão é incapaz de garantir uma variedade maior de atividades esportivas. Porém, sua necessidade de espaço permite que ela possa ser construída próxima às residências.

Pela sua distribuição no espaço geográfico da cidade, a praça tornou-se uma referência importante das comunidades na vivência de atividades de lazer ao ar livre. Como espaço micro, voltado para atenção do entorno, sua função ficou presa aos diferentes interesses que a circundam. Das elites a praça moderna herdou sua perspectiva familiar. O recrear foi incapaz de constituir um cenário voltado à valorização deste espaço de forma esportiva. Esta incapacidade se justifica até pela sua dimensão e necessidades que deve garantir ao conjunto de seus usuários. A praça parece ser um espaço privilegiado de encontro geracional para cultivo do lazer.

Não obstante esta constatação, o conceito de praça hoje transcende o debate sobre as dimensões. A diferenciação da praça não pode ser balizada por critérios posicionados e estabelecidos unicamente no campo da extensão territorial. Parece-nos comum e bastante evidente que a praça se diferencia de um parque pela sua extensão, mas a realidade nos aponta para um outro quadro.³

Isto significa que o tamanho não é um critério utilizado pelos administradores, para caracterizarem o espaço. Conforme apontam Cavalheiro e Nucci (1998), esta tem sido a maior dificuldade enfrentada pelos estudiosos da área quando pretendem correlacionar indicadores urbanos ou ambientais.

Se do ponto de vista do recrear a praça consegue incorporar uma multiplicidade de projetos, em se tratando de lazer esportivo esta realidade não se configura. Sua dimensão é incapaz de absorver uma maior variedade de espaços esportivos.

A praça tende a se tornar mais esportiva à medida que se afasta do centro da cidade, onde a pressão

³ A Praça da República, em São Paulo, e a Praça Maior, em Campinas, possuem respectivamente uma área de 30.000 m² e 130.000 m², enquanto que o Parque Chico Mendes e Moinho de Ventos, ambos em Porto Alegre, possuem 24.000 m² e 115.000 m², respectivamente. O Parque Conceição, em São Paulo, possui uma dimensão de 15.040 m², ou seja, com uma área menor que a própria Praça da República.

mobiliária é menor e há um aumento de áreas disponíveis. Em Porto Alegre, as praças centrais, que são as mais antigas, construídas com finalidades de passeio e contemplação não estão preparadas para incorporar-se ao lazer ativo. À medida que elas foram sendo alvos de demandas populares por espaços livres, passaram a incorporar outras demandas que não estavam presentes no estágio inicial de sua formação. Acabaram por incorporar mais facilmente o lazer ativo como algo intrínseco a sua existência. Excetuando as praças centrais, dificilmente encontraremos uma que não possua pelo menos uma cancha de futebol.

Algumas propostas têm aparecido no sentido de demarcar a diferença, principalmente entre a praça e o parque. Gallender (1982) considera que o que difere é o raio de abrangência, a configuração espacial (dimensão) e a porcentagem de área verde. Barcellos (1997) aponta a praça como um espaço de dimensões reduzidas. O mesmo autor alerta nesse trabalho que este critério tem se tornado muito arbitrário, haja vista que tem havido uma diminuição no tamanho dos parques em função de uma maior pressão imobiliária e especulativa sobre o solo urbano. Conseqüentemente, há grandes possibilidades de os parques se apresentarem à sociedade com seus espaços cada vez mais reduzidos.

A literatura também apresenta dificuldades na definição do que seja um parque, pelos mesmos motivos sinalizados para caracterizar a praça. Barcellos (1997) apresenta três definições: (1) grandes espaços livres em que predominam os elementos naturais, áreas verdes; (2) espaço livre público para o lazer e para recreação; (3) área em que predominam árvores, em contraste com a massa edificada da cidade.

Para Kliass (1993): "Os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação" (p.19). No seu estudo sobre os parques urbanos da cidade de São Paulo, ela buscou categorizar os parques a partir de sua distribuição na malha urbana e áreas disponíveis. Classificou os parques como *parque de vizinhança*, que se parecem muito com as praças que conhecemos, *parque de bairro*, *parque setorial* e *parque metropolitano*.

Noutro estudo importante da área sobre parques urbanos no Brasil (que, inclusive, é o nome da obra publicada no ano de 2002), Macedo e Sakata encami-

nam uma definição muito próxima da apresentada por Kliass (1993). Para os autores, o parque é um "espaço livre estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana" (p.13).

Apesar desta dificuldade conceitual e operacional na definição do parque, algumas características funcionais permitem constituirmos determinadas distinções entre *parque paisagístico*, *parque litorâneo*, *parque urbano*, *parque infantil*, *parque recreativo*, *parque de diversões*, *parque temático*, *parque ecológico*, *parque zoológico*, *parque de caça*, *parque público*,⁴ *parque de vizinhança*, *parque regional*, *parque metropolitano*, *kiddielands*⁵ e *parque linear*.

Diferentemente das praças, o parque recreativo foi concebido dentro de um contexto histórico de valorização do lazer ativo como uma preocupação de estado. A principal mudança do ponto de vista da concepção, conforme aponta Niemeyer (2000), foi dado pelo movimento americano chamado *Park Movement*, que introduz o lazer ativo para as massas como um elemento de qualificação da vida na cidade. Conforme analisa o autor, este movimento só foi possível graças à laicização do tempo livre, garantindo assim, o distanciamento da moral conservadora que impedia uma apropriação e experimentação pública do corpo. Para Jesus (1999 b, p.18) "A modernidade, com sua reiterada aura otimista e sua fé inabalável no progresso, impulsionou nas cidades novos valores comportamentais, dos quais destacamos aqui a cultura física". Neste momento, dois outros elementos irão compor o quadro de referência do parque: a recuperação das forças e da saúde, fruto da higienização e da exigência de maior produtividade, e a reserva de oxigênio da cidade.

Apesar de grande parte das discussões sobre parques públicos para o lazer das massas ter surgido com o debate sobre o lazer ativo, este elemento ainda não se tornou um ponto de reflexão e estudo por parte da educação física. A participação da educação física neste debate tem sido muito tímida, incipiente.⁶

É no parque que encontramos uma maior preocupação com o lazer esportivo. O esporte, num primeiro momento, acaba sendo incorporado numa perspectiva estritamente higiênica. Aos poucos, a excitação produzida por pelas experiências esportivas foram sendo peças fundamentais na formação de uma cultura do lazer. Neste sentido, as contribuições de Elias e Dunning (1992)

⁴ Na sua versão moderna ele aparece como espaço para a recreação pública, mas, na Roma Antiga, o parque público era uma construção arquitetônica onde predominavam pérgolas, colunas e pórticos (MAXIMIANO, 2004).

⁵ São espaços, parques temáticos, para o lazer exclusivo de crianças até 7 anos de idade, conforme Righi e Oliveira (2002).

⁶ O debate sobre o lazer ativo e especificamente a prática do esporte como elemento impulsionador do lazer de massa não foi observado quando analisamos a literatura especializada.

para compreensão do papel do mimetismo na formação do lazer na sociedade moderna são fundamentais.

Porém há uma resistência em aceitarmos o debate sobre o lazer esportivo sob o pretexto que os parques poderiam ficar menos funcionais. Nossa posição é justamente o contrário. Quanto mais aumentarmos o número de práticas esportivas a serem realizadas no parque, maior será a sua funcionalidade e procura pelos usuários. Estudos apontam que a procura pelos parques públicos, principalmente aos finais de semana, é para realizarem atividades esportivas (TELES, 1991; SANTOS, 2005).

Portanto há espaço para se pensar em espaços multifuncionais do ponto de vista esportivo. Há espaço ainda para pensarmos em espaços multifuncionais para jogos tipicamente infantis, espaços multifuncionais que contemplem interesse esportivo dos deficientes e espaços multifuncionais para a terceira idade praticar esporte. Precisamos constituir a idéia de espaços públicos de lazer como vilas olímpicas para o lazer público. Uma nova modalidade de parque temático público voltado exclusivamente para a experimentação de múltiplas possibilidades esportivas. No debate sobre espaços esportivos para o lazer, não podemos deixar de citar o papel importante das escolas públicas na propulsão de atividades esportivas no âmbito do lazer. Aqui se coloca uma outra reflexão importante. Apesar de ser considerado um espaço público, sua utilização nos momentos em que não há atividades escolares não acontece de forma tranqüila. Em muitas realidades existe uma verdadeira disputa entre a comunidade, escola e poder público para sua ocupação.

Enquanto espaço de formação, a escola tem permitido às crianças vivenciarem o lazer, principalmente aquele relacionado com bola. No que tange às experiências esportivas, elas têm se dado através das aulas de educação física e do recreio. A grande limitação está associada à área construída para fins esportivos. Na maioria das vezes, tudo se resume a uma cancha poliesportiva. Esta tem sido a principal reclamação dos professores que são desconsiderados no momento de conceberem estes espaços. É preciso salientar também que, muitas vezes, o professor de Educação Física só consegue perceber o esporte em sua versão institucionalizada. Em espaços reduzidos é fundamental que se possa remodelar o tamanho dos espaços esportivos para absorver um número maior de praticantes (MOTA, 2001). Há também a pretensão dos arquitetos e administradores em construir espaços esportivos a partir de uma abstração incompatível com o atual estágio da cultura esportiva. Com isto, a escola não tem conseguido dar conta de constituir uma cultura para o lazer que transcenda às práticas esportivas com bola.

Alguns trabalhos na educação física têm debatido com bastante precisão este tema na perspectiva da formação. No entanto, as condições para a atividade nem sempre são as mais adequadas. São poucas as escolas que permitem que a atividade se estenda por qualquer horário e condição climática (SANTOS, 2003). Os espaços são diminutos e basicamente direcionados aos esportes tradicionais com bola, como o futebol, o voleibol, o basquete e o handebol, em quadras de cimento, geralmente a opção mais cara.

Por outro lado, a arquitetura escolar também não tem permitido pensar a escola dentro de uma perspectiva multifuncional do ponto de vista esportivo. Também é importante salientar que os espaços livres não são organizados para sua plena utilização. Eles podem servir desde estacionamento para os carros dos professores até como uma reserva de espaço para construção de salas de aula. A facilidade com que este pensamento tem seduzido administradores e arquitetos anunciam o valor que o corpo assume nesta complexa arquitetura educacional. Como bem observa Santos (2001, p. 204):

A concepção moderna de escola, vinculada ao projeto iluminista, reserva um lugar bastante preciso para os corpos. Eles são elementos secundários que devem ser tematizados como subprodutos da formação intelectual. Como se tivéssemos que, para formar o cidadão crítico, desprover o sujeito do seu corpo. Desta matéria utilizada para locomover a consciência até a escola. Não estamos falando de um lugar de fato, estático, mas de um lugar compreensível a partir das relações de poder que se estabelecem entre estas duas entidades, o corpo e a mente, no interior da maquinaria escolar.

Uma das conseqüências mais drásticas deste contexto é a reprodução daquilo que acontece noutros espaços urbanos. Porcentagem de metros quadrados inadequados à vivência corporal faz com que a disputa pelo espaço seja uma verdadeira guerra que violenta e intimida. Sitiado pelos administradores, professores ou próprios colegas, através da violência, o espaço escolar não tem recebido o tratamento pedagógico adequado de todos os envolvidos neste processo.

Sem os espaços de relação para exercitarem aquilo que é próprio da convivência pública, fica difícil construirmos um tipo de valor que preserve da depredação o espaço público. A falta de uma alternativa pedagógica tem feito com que as escolas se mantenham de costas ao problema. O problema é que em muitas realidades, principalmente na periferia das grandes cidades, a escola é o espaço mais qualificado para a prática de atividade

esportiva de lazer.⁷ Neste sentido, as escolas não têm condições de se constituírem como espaço público para o lazer esportivo. Seu acesso é reservado às crianças em períodos escolares.

Torna-se importante salientar, como observa Donne (s.n., p. 193), que

O desaparecimento dos espaços de relação isola os homens de um contato direto, alheia-os emotiva e culturalmente, deixando como única possibilidade de relação interpessoal e social a que é permitida pela mediação do guia, representada pelos meios de comunicação de massa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas três esferas aqui tratadas os espaços públicos de lazer – praças, parques e escolas – possuem um papel importante na configuração de uma cultura do e para o lazer esportivo. Para que essa realidade possa ser compreendida de uma forma mais precisa, é de fundamental importância que o poder público possa estruturar ações articuladas entre os diferentes espaços que permitem a execução de atividades esportivas de lazer. Para que isto aconteça é necessária a construção de espaços multifuncionais – do ponto de vista esportivo – que levem em consideração a diversidade de interesses que ele pode abrigar.

Hoje não há uma concepção de espaços públicos esportivos. O esporte é sempre um elemento dentro da recreação pública. Não há como conter a magnitude do fenômeno esportivo, como se ele fosse apenas um componente alegórico. Precisamos constituir cenários públicos que dêem conta desta tarefa. As concepções tradicionais de espaços públicos para o lazer não estão preparadas para este desafio. Não se trata de resumir o espaço de lazer a questões esportivas, mas sim de garantirmos a riqueza de interesses esportivos em um espaço público. A extensão deste projeto, dadas as características de nossa urbanização, só possui abrigo através da constituição de parques públicos esportivos, ou seja um parque temático esportivo.

Mesmo neste espaço é preciso garantir edificações como banheiros, vestiários e locais para o cultivo de tradições familiares e de amizade, como o churrasco aqui no sul do Brasil. As pessoas que praticam esporte estão, na maioria das vezes, acompanhadas e não sozi-

nhas. Este elo sociabilizador deve cultivar outras formas da convivência coletiva.

O que podemos perceber com este trabalho é que os espaços públicos esportivos estão muito mais relacionados às possibilidades esportivas que eles oferecem do que a sua característica física. Para os estudos do lazer, a praça, a escola pública e o parque só fazem sentido quando são capazes de oferecer às comunidades espaços qualificados para a prática esportiva, permitem o acesso livre e atendem a uma multiplicidade de interesses esportivos.

Não é possível pensarmos em parques temáticos esportivos como uma nova função a ser incorporada pelas políticas públicas de lazer na cidade? Apesar da sua especialização, a busca por esporte nos parques é amplamente aceita por todos. O parque zoológico, o parque ecológico, o parque de recreação (que atende a uma multiplicidade de projetos de lazer) e o parque de diversão são exemplos de parques especializados que possuem uma importante função social. Não há porque ver na falta a justificativa para não implementar uma nova perspectiva de parque. Não podemos criticar o Parque da Pedreira, em Curitiba, por aquilo que ele não nos oferece, mas sim por sua contribuição para uma maior fruição cultural na cidade.

Pensar num parque temático do ponto de vista esportivo nos obriga encontrar uma forma e um formato que consigam apresentar uma variedade de pisos para quadras (tênis, futebol de salão e vôlei com pisos de cimento, areia e grama), espaços para esportes radicais *skate* (vertical e *street*), roller, área para corrida, caminhada e passeio de bicicleta, área para bicicross, canchas de bocha, áreas para arborismo, *bolder's*, área reservada com espaços adequados à população infantil (com quadras e acessórios menores) e áreas cobertas, principalmente quando levamos em consideração o clima no sul do Brasil.

Este debate deve permitir inclusive que possamos avançar no sentido de criarmos indicadores sobre o esporte na cidade. Qual é o nível de diversificação de espaços esportivos que os parques apresentam? Como se configura a área esportiva útil de um parque, para que possamos criar indicadores comparativos de acesso esportivo? E, para finalizar, qual o papel do especialista do esporte na cidade, nós professores de educação física, na elaboração conceitual destes espaços?

⁷ Até o ano de 2003, na comunidade do Guajuviras, com 50.000 habitantes, havia apenas 12 quadras. Todas dentro de escolas públicas que ficavam fechadas durante o final de semana.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, V. Q. Os parques: velhas idéias e novas experiências. *Paisagem e ambiente: ensaios*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP, n.13, p. 49-71, dez, 1997.
- BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos. *Paisagem e ambiente: ensaios*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo n. 1, p. 49-61, dez, 1996.
- BETTANINI, T. *Espaço e ciências humanas*. Tradução de: Líliana Lagará Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BIONDI, D.; MORMUL, M. L. P. Parques urbanos de Curitiba/PR: Qual a preferência de seus usuários? In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO; 7., 2004, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens/indiceencartes.html>> Acesso em 31 ago. 2006.
- BRANDÃO, C. R. Espaço público de lazer e cidadania. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C. (Org.). *Paixão de aprender II*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995. p. 129-123.
- CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C. Espaços livres e qualidade. *Paisagem e ambiente: ensaios*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP, n.11, p. 277-288, dez. 1998.
- DONNE, M. D. *Teoria sobre a cidade*. Lisboa: Edições 70, [19].
- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- GALENDER, F. C. Considerações sobre a conceituação sobre espaços públicos. *Paisagem e ambiente: ensaios*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP, n. 4, dez. 1982.
- JESUS, G. M. A geografia e os esportes: uma pequena agenda e amplos horizontes. *Conexões: educação, esporte e lazer*. Campinas, v. 1, n. 2, p. 46-59, jun. 1999a.
- _____. Constituindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, v. 13, n. 23, p. 17-39, 1999b.
- KLIASS, R. G. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: Pini, 1993.
- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulben/ Fundação para Ciência e Tecnologia, 2000.
- LÜDTKE, H. O lazer como campo de condição social para atividades esportivas. DIECKERT, J. (Org.). *Esporte de lazer: tarefas e chances para todos*. Tradução de: Maria Lenk. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. p. 37-52.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. *RA'EGA*, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.
- MOTA, J. Actividad física e lazer: contextos actuais e ideas futuras. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 1, n. 1, p. 124-129, 2001.
- NIEMEYER, C. A. C. A ascensão do lazer nas sociedades urbano-industriais e a criação dos parques infantis em São Paulo. *Sinopses*, São Paulo, p. 9-19, 2000.
- PRIGGE, W. Metropolização. In: PALLAMIN, V. M. (Org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 51-58.
- RECHIA, S. *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. Campinas, 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Unicamp.
- RIGHI, R.; OLIVEIRA, L. J. A. Os espaços de lazer: gênese e desenvolvimento do conceito de parque temático. *CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 23-40, 2002.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. *Praças brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- RODRIGUES, A. B. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. *Licere*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 149-164, 2002.
- SALDANHA, N. *O jardim e a praça: o público e o privado na vida social e histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- SANTOS, E. S. Conforto ambiental e lazer esportivo na cidade. *Corpo em Movimento*, v. 1. n. 1, p. 155-169, 2003.
- _____. Os corpos na escola moderna. In: _____. *Olho mágico: o cotidiano, o debate e a crítica em educação física escolar*, 2001. p. 201-210.
- _____. *Perfil dos usuários do Parque Esportivo Eduardo Gomes em Canoas/RS*. Canoas: CELULBRA, 2005. Mimeografado.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- TELES, A. J. F. (Cols.). A frequência dos parques de lazer na cidade de Recife e o perfil dos seus freqüentadores. In: II CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: As ciências do desporto e a prática desportiva no espaço da língua portuguesa, 1991. *Actas...* Porto: Universidade do Porto, v. 2, 1991. p. 441-448.